



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

BREXIT: REINO UNIDO ENTREGA CARTA E DÁ INÍCIO À SAÍDA DA UNIÃO EUROPEIA

Afastamento só acontecerá após ao menos dois anos de negociação com os outros 27 países do bloco. Carta foi entregue ao Conselho Europeu.



Embaixador britânico na União Europeia, Tim Barrow, entregou carta que inicia a retirada do Reino Unido do bloco ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk.



Reino Unido deu início oficialmente no dia (29/03) ao processo de saída da União Europeia. O afastamento efetivo só acontecerá depois de pelo menos dois anos de negociação com os outros 27 integrantes do bloco. Esta é a 1ª vez que um país pede para deixar o grupo.

O embaixador britânico na União Europeia, Tim Barrow, entregou ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, uma carta que simboliza o acionamento do Artigo 50 do Tratado de Lisboa – dando início às discussões sobre o processo de afastamento. A carta de oito páginas é assinada pela premiê britânica, Theresa May.

‘Sem volta’

Logo após a entrega da carta, Theresa May fez um pronunciamento no Parlamento britânico. “O Reino Unido está deixando a União Europeia. Este é um momento histórico do qual não pode haver volta”.

A premiê britânica, Theresa May também indicou a intenção de buscar um acordo comercial “audaz e ambicioso” ao mesmo tempo que negocia o Brexit.

A premiê fez um apelo pela união do Reino Unido no Parlamento britânico. “Agora é a hora de nos unirmos nesta casa [do Parlamento] e em todo o país para garantir que trabalhamos para o melhor acordo possível para o Reino Unido e para o melhor futuro possível para todos nós”, declarou May. A Escócia aprovou a realização de um novo referendo sobre a independência.

Escócia dará 1º passo para novo referendo de independência

Votação para que a Escócia solicite nova consulta pública acontecerá na tarde esta terça. A premiê Theresa May tenta evitar

o novo plebiscito, mas não há artigo que proíba a realização do referendo.

O Parlamento da Escócia solicitou a Londres à organização de um novo referendo de independência, descontente com a saída da Grã-Bretanha da UE, um cenário que vai testar a solidez do Reino Unido.

Um dia antes da primeira-ministra britânica, Theresa May, notificar oficialmente a saída de Londres da União Europeia, o que tornará a situação praticamente irreversível, a chefe de Governo verá sobre a mesa a demanda de um referendo que já chamou de “inaceitável”, mas que poucos acreditam que poderá impedir.

Sem um artigo na Constituição que o proíba, a premiê Theresa May não tem praticamente outra opção que tentar adiar o referendo o máximo possível para que não coincida com os dois anos de negociações com Bruxelas sobre os termos do divórcio UE-Reino Unido.

O Partido Nacional Escocês (SNP) da primeira-ministra regional, Nicola Sturgeon, favorável à independência, precisa do apoio dos Verdes para aprovar o pedido, o que é considerado praticamente certo.

Última tentativa

A premiê Theresa May viajou a Escócia para uma reunião com Sturgeon, em uma última tentativa de aproximar as posições, mas nenhuma das duas mudou de opinião.

“Minha posição é muito simples e não mudou. Agora não é o momento de falar de um segundo referendo de independência”, afirmou a premiê Theresa May em uma entrevista à agência britânica Press Association.

Antes, em um discurso, descreveu a união de Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales como “uma força imparável”.

Sturgeon, que deseja o referendo no fim de 2018 ou início de 2019, insistiu após o encontro que “os escoceses podem tomar uma decisão bem fundamentada sobre seu futuro” neste prazo e que não há motivo para esperar mais.

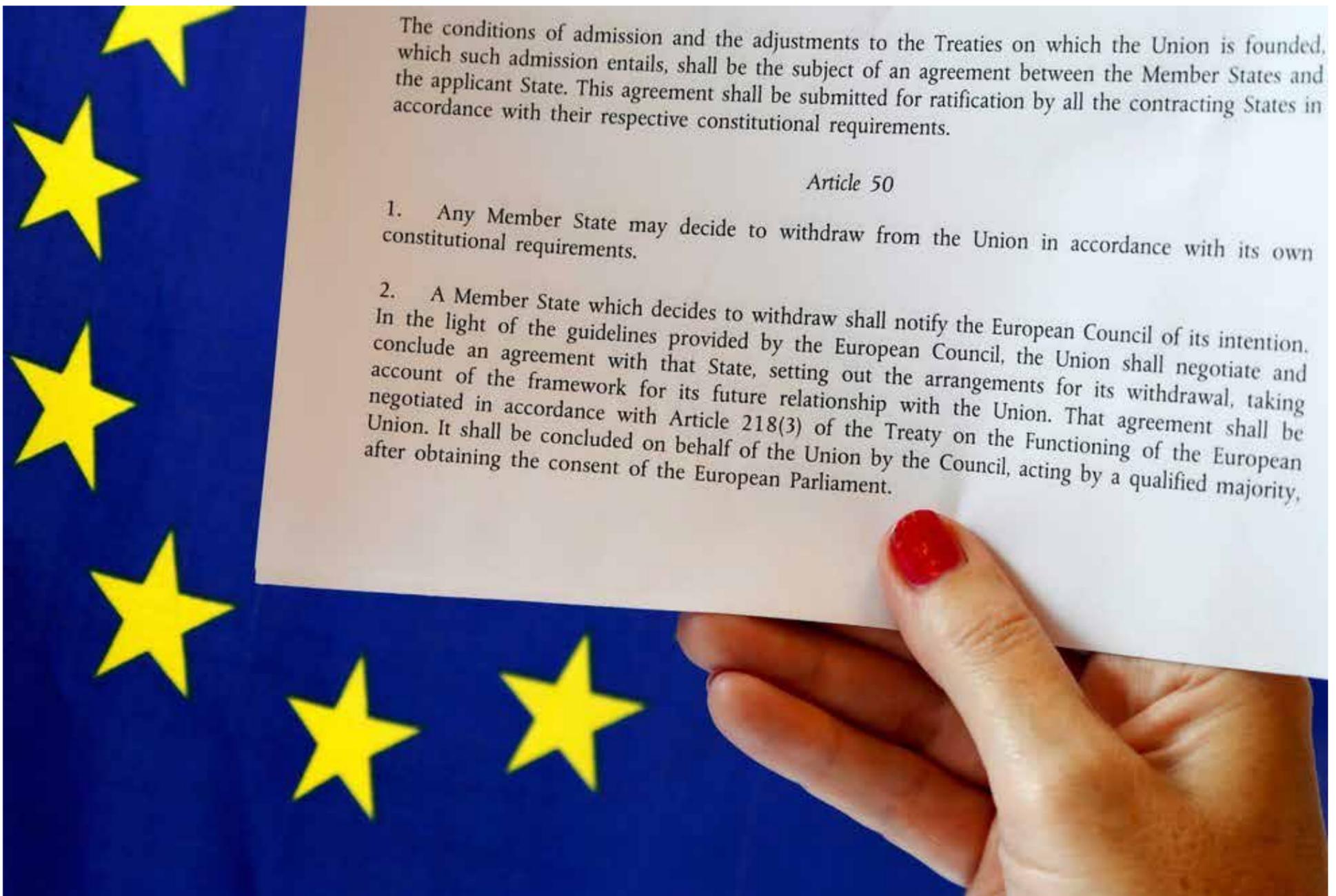
Após a aprovação da demanda de referendo pelo Parlamento escocês, o Parlamento britânico, onde os conservadores da premiê Theresa May têm maioria absoluta, deverá se pronunciar a respeito.

Tanto a Câmara dos Comuns como a dos Lordes precisam autorizar, o que tecnicamente consistiria em aprovar a transferência a Edimburgo do poder de organizar o plebiscito.

A premiê Theresa May poderia aceitar a votação do Parlamento britânico, mas negar-se a assinar a transferência até depois do Brexit. Além da data, ela e Sturgeon teriam que negociar a pergunta a ser feita no plebiscito.

No referendo de 2014, a permanência no Reino Unido venceu por 55% a 45%. A votação aconteceu com o compromisso de definir o tema por pelo menos uma geração.

Mas os defensores da independência da Escócia alegam que em seu programa eleitoral constava que no caso de “uma mudança material das circunstâncias” eles solicitariam um novo plebiscito. A mudança aconteceu com o Brexit. Os escoceses votaram majoritariamente a favor da permanência na UE, mas seu voto se viu diluído a nível nacional. A premiê escocesa Nicola Sturgeon acusa a premiê britânica Theresa May de não ter levado a Escócia em consideração nos preparativos para as negociações com Bruxelas, ao descartar, por exemplo, a permanência no mercado único europeu.



Artigo 50 da União Europeia traz os passos que um país deve seguir para se afastar da União Europeia.

'Obrigado e adeus'

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, afirmou que a União Europeia está descontente com a saída do Reino Unido. Para ele, "não há razão para dizer que é um dia feliz nem para o Reino Unido nem para a União Europeia". Ele defendeu que o bloco tem o objetivo de minimizar o custo para os cidadãos europeus, os negócios e para os países membros do bloco. "Já sentimos a sua falta, obrigado e adeus", declarou ao concluir uma breve coletiva de imprensa.

Tusk já tinha prometido informar as primeiras diretrizes do processo de negociação, mas uma resposta formal do bloco dificilmente será divulgada antes do primeiro encontro oficial dos países membros, já sem a presença do Reino Unido, em 29 de abril de 2017.

Esta é a primeira vez que o artigo, criado em 2009, é invocado por um país que decide deixar o bloco. O prazo de dois anos de negociações só pode ser prorrogado com uma aprovação unânime de todos os países da União Europeia. A negociação é muito complexa, pois exige rescisão de vários tratados internacionais, acordos comerciais e uma nova política migratória.

Divórcio difícil

O processo para encerrar 40 anos de união não é automático e se anuncia um divórcio difícil, porque tem de ser discutido com os outros 27 membros do bloco. O afastamento de um país-membro é inédito no bloco.

A negociação é muito complexa, já que exige rescisão de vários tratados internacionais. Só com a União Europeia, há pelo menos 80 mil páginas de acordos. Por isso, é provável que, após a negociação, exista uma fase de transição.

Principais dúvidas

1. Imigração

Em seu pronunciamento, a premiê britânica, Theresa May afirmou que a situação dos europeus no Reino Unido será uma das prioridades da negociação.

Atualmente, cerca de 3 milhões de cidadãos europeus vivem no Reino Unido, vindos principalmente da Polônia (850 mil), da República da Irlanda (330 mil) e de diversos países do antigo bloco soviético. Esses podem pedir a residência permanente no Reino Unido quando completarem cinco anos vivendo no país. Com o Brexit, o Certificado de Residência Permanente para Cidadão da UE, no entanto, deve deixar de valer.

Ao longo das negociações, é preciso estabelecer uma nova política migratória, uma das principais reivindicações dos partidários da Brexit, que exigiam medidas mais restritivas. Analistas e políticos

ouvidos pela BBC disseram na época que a mudança será gradual e que ninguém terá de deixar o país da noite para o dia.

2. Comércio

A participação na União Europeia permite que os países comprem e vendam produtos e serviços entre si sem a aplicação de taxas e impostos dentro da área comum. O Reino Unido então passará a ter taxas diferentes no comércio exterior com os países europeus em relação às praticadas agora, podendo inclusive trocar de parceiros.

Segundo a União Europeia, o Reino Unido exporta principalmente para os EUA, a Alemanha e os Países Baixos. Por sua vez, as suas importações vêm, sobretudo da Alemanha, da China e dos EUA.

3. Compromissos europeus

Os defensores do Brexit alegavam que a contribuição do Reino Unido para União Europeia era muito elevada. Nesse processo é preciso discutir quais são as dívidas britânicas com relação ao bloco, a chamada, "conta do divórcio", que poderá custar por volta de 50 bilhões de libras (mais de R\$ 191 bilhões).

Outras questões que deverão ser discutidas são, por exemplo, regras de segurança para o cruzamento de fronteiras; o "Mandado Europeu de Prisão", que é um mandado de prisão válido em todos os países membros do bloco; a mudança de agências europeias que têm suas bases no Reino Unido.

Sem acordo?

A Premiê britânica, Theresa May May, no entanto, declarou em janeiro deste ano que o Reino Unido deixará o bloco mesmo que não haja um pleno acordo nesse período. Segundo a primeira-ministra, ela está pronta a abandonar as discussões se suas exigências não forem atendidas, e chegou a afirmar que "para o Reino Unido, nenhum acordo é melhor do que um acordo ruim para o Reino Unido".

A decisão de sair da União Europeia, conhecida como Brexit, foi tomada em um referendo, realizado em 23 de junho de 2016. Na ocasião, 51,9% dos britânicos optaram por deixar o bloco, o que provocou a queda do então primeiro-ministro, David Cameron.

Após o referendo, o Brexit foi aprovado também pelo Parlamento britânico e no dia 16 de março deste ano suas negociações receberam autorização formal da rainha Elizabeth 2ª.

Reino Unido decide deixar a União Europeia em referendo

Opção por deixar o bloco europeu venceu por mais de 1,2 milhão de votos.

Decisão histórica pode mudar a geopolítica mundial nas próximas décadas.

Em decisão histórica, que tem potencial para mudar o rumo da geopolítica mundial pelas próximas décadas, os britânicos decidiram em referendo deixar a União Europeia (UE).

A opção de "sair" venceu a de permanecer no bloco europeu por mais de 1,2 milhão de votos de diferença.

A apuração foi divulgada por áreas de votação e a disputa, bastante acirrada. O "sair" começou à frente e chegou a ser ultrapassado pelo desejo de continuar na UE, mas logo retomou a liderança e foi abrindo vantagem até vencer com quase 51,9% dos votos. Foram 17.410.742 votos a favor da saída e 16.141.242 votos pela permanência.

A vitória da "Brexit" derrubou as Bolsas na Ásia e os mercados futuros da Europa e dos Estados Unidos antes mesmo de o resultado oficial ser divulgado. A libra esterlina, moeda do Reino Unido, despencou e chegou a atingir o menor valor frente ao dólar em 31 anos. No Japão, a Bolsa de Tóquio desabou quase 8%.

O referendo derrubou também o primeiro-ministro britânico, David Cameron. "Os britânicos votaram pela saída e sua vontade deve ser respeitada", afirmou o premiê, que deve deixar o cargo em outubro. Ele ponderou que o país precisa de uma nova liderança para levar a decisão adiante. "A negociação deve começar com um novo primeiro-ministro".

Oficialmente, o referendo não é "vinculante", ou seja, ele não torna obrigatória a decisão de sair do bloco europeu. Mas o futuro primeiro-ministro britânico dificilmente será capaz de contrariar a decisão da população. Parlamentares também podem bloquear a saída do Reino Unido, mas analistas consideram que isso seria suicídio político.

O presidente do Banco Central da Inglaterra, Mark Carney, afirmou que levará algum tempo para que o Reino Unido estabeleça novas relações com a Europa e o resto do mundo. Disse também que uma volatilidade econômica "deve ser esperada", mas não vai hesitar em tomar medidas adicionais para levar a economia adiante.

Votação apertada

Um recorde de 46,5 milhões de eleitores foram convocados às urnas para responder à pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" (em tradução livre).

As casas de apostas britânicas, que na quinta apostavam na vitória do "permanecer", mudaram sua tendência na madrugada desta sexta e passaram a prever a vitória da "Brexit" após a divulgação dos primeiros resultados. "Brexit" é a abreviação das palavras em inglês "Britain" (Grã-Bretanha) e "exit" (saída) para designar a saída do Reino Unido do bloco europeu.



O primeiro-ministro britânico, David Cameron, durante pronunciamento no qual anunciou que vai renunciar.

Efeito dominó

A União Europeia é uma união econômica e política criada após a 2ª Guerra Mundial. O bloco funciona como um mercado único, com livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Formado por Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales, o Reino Unido começou a fazer parte da União Europeia em janeiro de 1973.

O Reino Unido, no entanto, não faz parte da zona do euro – formada pelos países que têm o euro como moeda oficial. Dentre os 28 países do bloco europeu, 19 compartilham a moeda única. Os britânicos continuam usando a libra esterlina.

Até hoje, nunca um país membro havia deixado a união política e econômica dos países que formam a União Europeia. Em 1975, houve um referendo muito parecido com o de agora no Reino Unido, mas venceu a permanência no bloco com larga vantagem: 67% dos votos.

Há forte preocupação de que o voto pela saída tenha o efeito dominó, com outros países organizando consultas similares. Marine Le Pen, da extrema-direita francesa, afirmou que seu desejo é que cada país faça uma votação popular sobre a pertinência da União Europeia.

“Como peço há anos, agora é necessário o mesmo referendo na França e nos países da União Europeia”, afirmou a líder da Frente Nacional na França pelo Twitter. Na Holanda, o chefe do Partido da Liberdade e membro do Parlamento, Geert Wilders, escreveu: “Agora é a nossa vez! Hora de um referendo holandês! #ByeByeEU”.

Reino desunido

O referendo dividiu não só a União Europeia, mas o próprio Reino Unido. Apesar da vitória do “sair”, votaram pela permanência a Escócia (62%), a Irlanda do Norte (55,8%) e a região de Londres (59,9%). Todas as outras regiões da Inglaterra e o País de Gales votaram por “sair”, com percentuais que variaram de 52,5% (País de Gales) a 59,3% (West Midlands).

Na Escócia, o “permanecer” venceu em todos os distritos. A chefe de governo escocês, Nicola Sturgeon, disse que o país “vê seu futuro” como parte do bloco europeu. “A votação aqui mostra claramente que os escoceses vêem seu futuro como parte da UE”, declarou a dirigente do Partido Nacional Escocês (SNP).

O chefe do movimento Sinn Féin, da Irlanda do Norte, afirmou que vai pedir um referendo sobre a união do país com a Irlanda – que fica na mesma ilha da Irlanda do Norte, mas é um outro país e não faz parte do Reino Unido. “O resultado desta noite muda dramaticamente o cenário político aqui no norte da Irlanda e nós vamos intensificar nosso caso para chamar por um referendo”, disse Declan Kearney, em comunicado.

David Cameron

Cameron é o responsável pela convocação do referendo, mas havia se posicionado a favor da permanência e alertado sobre o risco do Reino Unido deixar a UE. O primeiro-ministro chegou a afirmar que continuaria à frente do governo independentemente do resultado do referendo, mas renunciou pouco depois da divulgação oficial do resultado.

Em entrevista publicada pelo jornal “The Times” no sábado (18), Cameron disse que se sentia “responsável” pela consulta, por ter prometido convocar o referendo caso ganhasse com maioria as eleições gerais de 2015, mas também era a pessoa mais adequada para liderar as negociações necessárias graças a suas “sólidas relações” na Europa.

Líder do Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP), Nigel Farage comemorou vitória no Twitter: “Temos nosso país de volta. Obrigado a todos vocês”. Pouco depois, defendeu a formação de um novo governo. “Agora precisamos de um governo Brexit”, disse Farage à imprensa em frente ao Parlamento.

O prefeito de Londres, Sadiq Khan, afirmou em entrevista à CNN que constitucionalmente o próximo premiê não precisa ser eleito em novas eleições. “Um novo líder do Partido Conservador pode assumir, mas eu suspeito que haverá uma pressão para eleições gerais de uma nova liderança”, afirmou.

Câmara dos Comuns autoriza Theresa May a dar partida no Brexit

Projeto de lei que permite ao governo notificar saída e iniciar negociações ainda deve passar pela Câmara dos Lordes.

Os deputados britânicos adotaram por maioria em uma primeira leitura, o projeto de lei do governo conservador, o qual dará à primeira-ministra Theresa May o poder de iniciar o processo de saída do país da União Europeia (UE).

O texto foi aprovado por 494 votos a favor e 122 contra na Câmara dos Comuns (câmara baixa). Submetido pelo governo ao Parlamento por determinação da Suprema Corte em janeiro passado, o projeto deve agora ser examinado pela Câmara dos Lordes (câmara alta). Os membros da câmara alta, por não serem eleitos, poderiam ignorar a “vontade do povo”, mas sob risco de aumentar os pedidos pelo fim da câmara.

De acordo com a agência Reuters, a expectativa é que seja adotado, apesar de May não ter apoio da maioria.

O projeto de lei permite ao governo da primeira-ministra Theresa May notificar oficialmente a saída e iniciar dois anos de negociações.

O Reino Unido votou para deixar a União Europeia em um referendo realizado em junho de 2016.

Descontentamento dos escoceses

O Parlamento escocês votou por esmagadora maioria sua rejeição à saída britânica da União Europeia (UE), com uma consulta que não afetará o processo do Brexit, mas que aumenta ainda mais a tensão na relação com Londres.

Depois dessa votação simbólica, o governo semiautônomo advertiu que a Escócia, a mais pró-europeia das regiões britânicas, não será “humilhada”. Quase 75% dos legisladores escoceses, de todo o espectro político, pronunciaram-se contra o Brexit.

Os líderes dos principais partidos britânicos haviam prometido aos escoceses que seriam considerados “sócios em termos de igualdade” se ficassem no Reino Unido no referendo de independência de 2014, como de fato aconteceu.

Mas no plebiscito sobre a UE, a Escócia votou a favor de continuar na Europa, ao contrário de Gales e da Inglaterra, que inclinaram a balança.

Rainha Elizabeth 2ª aprova legislação que autoriza início formal de negociações do Brexit

Anúncio confirma que a primeira-ministra Theresa May pode iniciar as conversas sobre a saída da UE a qualquer momento.

A Rainha Elizabeth 2ª, do Reino Unido, autorizou formalmente a primeira-ministra Theresa May a dar início às negociações oficiais para a saída da União Europeia, aprovando a legislação que passou pelo Parlamento nesta semana.

O anúncio, feito no Parlamento pelo presidente da Casa, John Bercow, confirma que May pode iniciar as conversas sobre o divórcio a qualquer momento, apesar de o porta-voz da premiê ter dito na segunda-feira que essa decisão deve ser tomada mais para o fim do mês de março.

Parlamento

O Parlamento britânico aprovou a lei que permitirá ao país se retirar do bloco europeu, cumprindo o que foi decidido em plebiscito em junho do ano passado.

“O Parlamento apoiou o governo em sua determinação de seguir com o processo de saída da UE”, disse o secretário responsável pelo Brexit, David Davis. “Agora nós estamos no limiar da negociação mais importante do nosso país em uma geração.”

Para dar início à saída formal do bloco, a primeira-ministra Theresa May terá que acionar o Artigo 50, que é um plano para todo país que deseja sair da União Europeia.

Ele foi criado como parte do Tratado de Lisboa, um acordo assinado por todos os membros da União Europeia, que virou lei em 2009. Antes dele, não havia um mecanismo formal para um país deixar o bloco.



Premiê britânica, Theresa May, faz pronunciamento no Parlamento logo após comunicar à União Europeia a intenção de deixar o bloco.



Eleitores britânicos decidem plebiscito se o país continua ou não a integrar a União Europeia



Manifestantes a favor da saída da União Europeia exibem cartazes em Londres.



Rainha Elizabeth aprova legislação que autoriza início formal de negociações do Brexit.



Parlamento Britânico.

